

Berredo deixa Sindicon fora de avaliação do PDU

Destacando a necessidade de se incluir uma legislação específica sobre as construções de baixa renda no Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindicon), João Luiz Tovar, disse, ontem, estranhar que o prefeito Berredo de Menezes não tenha convocado, como prometera, representantes das entidades mais ligadas à construção civil para participar dessa reavaliação. Segundo ele, foi criada uma comissão de técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e engenheiros da Prefeitura de Vitória para "enxugar" o PDU.

E o prefeito Berredo de Menezes, conforme Luiz Tovar, havia prometido essa participação durante o simpósio sobre o PDU realizado no mês passado e que contou com a participação de técnicos em planejamento do governo açudo e da prefeitura de Porto Alegre. Segundo ainda o presidente do Sindicon, ficou acertado que a comissão encarregada de reavaliação do PDU, antes de seu envio para a Câmara Municipal de Vitória, seria composta não somente dos técnicos do IJSN e dos engenheiros municipais, mas também de representantes das entidades mais ligadas à construção civil. Hoje, João Luiz Tovar vê com apreensão o fato do prefeito já ter anunciado que o projeto deverá ser enviado para a Câmara Municipal, sem que as mencionadas entidades tenham tomado conhecimento de seu conteúdo. Sabem apenas que ele está sendo "enxugado".

Para o presidente do Sindicon, não se trata, hoje, somente de se enxugar o Plano Diretor Urbano de Vitória. Ele lembrou que nestes três últimos anos em que o PDU esteve sendo discutido junto à população e na própria Câmara Municipal, o país passou por várias alterações, inclusive sociais, e que a estrutura econômica mudou muito. A construção civil, conforme exemplificou, voltou-se para as obras de baixa renda, seguindo a orientação do Banco Nacional da Habitação (BNH), e em Vitória existem áreas, como a estrada do Contorno, que se prestam para esse tipo de construção. Mas que estão sendo feitas de forma descontrolada.

E, como exemplo, citou o bairro de São Pedro, surgido de invasões e que agora está obrigando a municipalidade a desenvolver altos investimentos no Projeto Promorar e a consertar o

que o planejamento e o ordenamento do solo teriam evitado. Tovar acredita que, no momento atual, "enxugar" apenas o PDU não é a solução. E entende, inclusive, que na comissão deveria também estar participando um dos representantes da Câmara Municipal, para sentir de perto os problemas existentes na cidade, qual a legislação mais adequada para resolvê-los e impedir o surgimento de novas situações conflitantes.

João Luiz Tovar negou, também, que haja, no momento, intenção do empresariado da construção civil de boicotar ou impedir a discussão ou votação do Plano Diretor. Destacando que, se for impedido de construir prédios, o empresário vai passar a erguer casas, adequando-se à situação. Especialmente porque não há financiamento no BNH para construção de prédios, uma vez que a política do órgão está, praticamente, voltada para os problemas da construção para a chamada população de baixa renda — que ele acredita seja a única em condições de incrementar a construção civil nos próximos anos.

Sobre uma possível preocupação dos empresários de ficarem impedidos de desenvolver projetos na área de construção civil, João Luiz Tovar não acredita também nessa possibilidade. E lembra que na administração do ex-prefeito Carlo Von Schilgen, houve realmente uma correria para aprovação de projetos para construção de prédios, mas que a situação econômica do país era outra e a economia na construção civil sólida. Então, as normas do PDU geraram realmente preocupação entre os empresários, que se apressaram a aprovar os projetos.

Mas hoje, segundo Tovar, a situação é outra. E ele adianta também que a própria população está consciente da importância do PDU para a cidade e do que ele contém. Assim, conforme ele afirma, ninguém mais adquire terrenos para a construção de prédios no centro da cidade, consciente de que o ordenamento da região é mais que uma necessidade. E Tovar lembra ainda que não há mais dinheiro para construção, excetuando-se para a população de baixa renda e que vai morar em casas na periferia. Antigamente, ou havia dinheiro para financiamento via BNH ou vendiam-se facilmente os prédios. Hoje nenhuma dessas situações acontece. Daí porque o próprio volume de projetos para prédios na prefeitura diminuiu sensivelmente.

BERREDO deixa Sindicon fora de avaliação do
PDU. A Gazeta, Vitória, 2 jun. 1983. p. 7.
1. cod. e. 1 e 2.